

# Inclusão no ensino superior envolve desafios maiores que substituir ou ajustar o vestibular

Encontro internacional debateu urgência, dificuldades e inovações institucionais para inclusão social e permanência no ensino superior. Conferência *Higher Education Access and Inclusion*, realizada na Faculdade de Educação da Unicamp, trouxe pesquisadores da Rússia, Índia, Alemanha, Egito, Chile, Colômbia, México e EUA. Estrangeiros e especialistas de quatro universidades brasileiras compartilharam seus estudos durante 2 dias e ouviram depoimentos de estudantes do ProFIS-Unicamp.

Por **Ricardo Muniz**

A inclusão no ensino superior tem diferentes significados em diferentes contextos, e, considerada sem as devidas problematizações, pode ignorar uma série de desafios tão difíceis quanto a inclusão em si: as disparidades de acesso a cursos mais prestigiados dentro da Universidade; a necessidade de apoio para assegurar a permanência do estudante incluído; a ilusão que pode representar a entrada em um ensino terciário que, no Brasil, ainda seria em grande medida meramente “credencialista”; a ascensão de um “capitalismo acadêmico” que mina as bases da missão universitária.

Estes foram apenas alguns dos tópicos tratados em dois dias da conferência internacional *Higher Education Access and Inclusion*, realizada entre 17 e 18 de março na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. O debate, que reuniu estudiosos de nove países e pesquisadores da Unicamp, USP, UFRGS e UFRJ, foi promovido com o apoio, entre outros, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); Universidade da Califórnia (Institute for Immigration, Globaliza-

tion, and Education - Graduate School of Education and Information Studies); Observatório da Educação (Obeduc/Capes); FE, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp.

No encontro, quatro estudantes do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS) falaram sobre sua experiência no curso de formação geral implantado na Unicamp, e do preconceito inicial que sofreram por parte de estudantes e até de professores. Confira alguns destaques da conferência:

## Delimitar o problema

Andrey Rezaev, sociólogo da Universidade de São Petersburgo (Rússia), foi um dos painelistas que demonstraram como o tema da inclusão abarca realidades distintas. No caso russo, o desafio é a absorção real de cerca de 12 milhões de imigrantes por ano, um contingente só inferior ao recebido pelos EUA, uma absorção com tolerância efetiva (o que não é o caso atualmente, ressaltou).

“Creio que a migração transnacional é uma das questões mais candentes da lista de problemas com que todos os países da antiga União Soviética têm de lidar. Os princípios liberais e democráticos que têm sido ao menos proclamados na Rússia contemporânea geraram uma lógica de inclusão e igualdade de oportunidades vis-à-vis diferentes tipos de imigrantes. Mas vários estudos têm enfatizado as contradições entre inclusão formal e práticas de exclusão no dia-a-dia que afetam os ‘Outros’. Como regra, é o caso das minorias ‘visíveis’, mais frequentemente minorias não eslavas.”

Martha Zapata, da Freie Universität de Berlim (Alemanha), também tocou neste ponto: “É difícil implementar políticas de inclusão social que objetivem igualdade e equidade de participação porque não há um padrão internacional para medi-las. Cada país tem seu próprio modo de captar a questão. Nos EUA, a unidade de medida para igualdade de participação é normalmente raça – embora a renda familiar também seja utilizada. No Reino Unido, medidas de ‘classe’ predominam. Em boa parte da Europa, há preocupação sobre as taxas de participação de imigrantes recém-chegados, mas são bastante limitados os dados oficiais ou de pesquisas acadêmicas que possam medir essas taxas de participação.”

## A situação nos EUA

O economista da educação Sean Corcoran, da New York University, tratou das limitações das atuais políticas norte-americanas de (a) responsabilização das escolas pelos resultados dos alunos e (b) forte ampliação das informações disponíveis online para que “consumidores de educação” façam boas escolhas. Quando se trata da abordagem atual dos EUA quanto a equidade e inclusão, o fato é que os formuladores de políticas públicas americanos se afastaram de ações diretas de inclusão. Ao invés disso, a ênfase recaiu sobre “igualdade de oportunidade”.

Mas, apesar dos avanços, “nos EUA ainda há substancial desigualdade no acesso à educação e nos resultados obtidos pelos estudantes”, apontou Corcoran, o que inclui consideráveis lacunas (*gaps*) quando se comparam as conquistas educacionais de diferentes grupos étnicos/raciais e a sub-representação de grupos desfavorecidos no ensino superior. “Nas abordagens recentes, tem ocorrido uma falta de vontade política de enfrentar fatores sociais e econômicos subjacentes à desigualdade de resultados educacionais. A atenção foi direcionada à qualidade da escola, tomando como base pesquisas que revelam uma variação substancial de qualidade entre as escolas americanas.”

Na prática, essas abordagens se manifestam em três frentes: lançar luz sobre resultados e *gaps*, com a produção de muito mais dados sobre desempenho estudantil, o que tem sido muito positivo para a pesquisa nessa área. É o que buscam programas como o No Child Left Behind (NCLB, administração Bush) e o Postsecondary Institution Rating System (PIRS, gestão Obama). A segunda frente é responsabilizar escolas pelo desempenho dos alunos. O NCLB, por exemplo, prevê reestruturação ou fechamento de escolas cujos estudantes apresentem resultados ruins. O PIRS pretende vincular a concessão de financiamento estudantil aos indicadores de acesso e sucesso das faculdades americanas. O terceiro *front* consiste em assegurar um leque maior de escolhas, promover inovação, expandir o número de escolas de alta qualidade e criar consumidores de educação mais informados sobre a qualidade das instituições de ensino. “Mas há evidências de que informação, responsabilização e

PESQUISAS APRESENTADAS  
SERÃO EDITADAS EM **LIVRO** A SER  
LANÇADO NO INÍCIO DE **2015**

escolha vão reduzir os *gaps* e promover acesso?”, pergunta-se Corcoran. “Podemos responder que essa abordagem tem suas limitações, porque a capacidade das famílias de navegar e fazer uso produtivo do monte de informação online pode variar, porque medir a qualidade de uma instituição de ensino é muito difícil, pois a qualidade é multidimensional e sua quantificação não é trivial, e porque há uma diferença importante entre resultado e ‘valor adicionado.’” Após 15 a 20 anos, conclui Corcoran, há uma fraca evidência de que as práticas escolares e os alunos tenham respondido às medidas de responsabilização e de incentivo ao desempenho.

Carol Camp Yeakey (Washington University, St. Louis) ressaltou em sua apresentação (“Corporate Philanthropy and American Higher Education: Qui Bono?”) a ascensão do que denomina como “capitalismo acadêmico”. “À medi-

da que o ensino superior passou de sua base tradicional de simplesmente educar a elite, tornou-se uma parte normal da experiência educacional de populações estudantis maiores e mais diversificadas. A mudança levou os legisladores americanos a exigir da academia o serviço mais eficaz ao custo mais acessível. A linguagem usada para definir ‘effective and affordable’ deriva de um modelo de negócios direcionado à geração de valor, onde o valor está diretamente ligado ao ganho monetário de curto prazo. Isso redefine o entendimento tradicional do valor da educação superior, que era diretamente vinculado ao bem-estar a longo prazo de comunidades formadas por cidadãos informados que participam ativamente do processo democrático”, disse a pesquisadora. “A privatização ou o impacto crescente da ‘corporatization’ na educação superior americana é tal que aumenta a pressão sobre as instituições públicas de ensino superior tradicionais para operar de forma mais eficiente, para perseguir de forma mais agressiva objetivos estabelecidos por interesses externos e para o mercado. Embora tais esforços possam ajudar uma instituição financeiramente, também podem enfraquecer a cultura acadêmica colegial, vinculada ao conhecimento. Práticas como a terceirização e a reestruturação da força de trabalho universitária representam tentativas de mercado de controle da folha de pagamento, diversificação e estabilização de receitas e de transferência de custos para os ‘consumidores.’”

**“É DIFÍCIL IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL QUE OBJETIVEM IGUALDADE E EQUIDADE DE PARTICIPAÇÃO PORQUE NÃO HÁ UM PADRÃO INTERNACIONAL PARA MEDI-LAS. CADA PAÍS TEM SEU PRÓPRIO MODO DE CAPTAR A QUESTÃO. EM BOA PARTE DA EUROPA, HÁ PREOCUPAÇÃO SOBRE AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DE IMIGRANTES RECÉM-CHEGADOS, MAS SÃO BASTANTE LIMITADOS OS DADOS OFICIAIS OU DE PESQUISAS ACADÊMICAS QUE POSSAM MEDIR ESSAS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO”**

### **A situação na Índia e no Egito**

No decorrer das décadas após a independência da Índia, em 1947, o ensino superior entrou em uma fase de expansão sem precedentes, marcado por imenso crescimento do volume de estudantes, alta exponencial do número de instituições e um “salto quântico” no nível de financiamento público, afirmou na conferência Pitam Singh, membro da Comissão

de Planejamento do governo (equivalente a Ministério do Planejamento). Só entre 1991 e 2011, o número de faculdades saltou de 7.346 para 35.539 (4,8 vezes maior) e o de universidades, de 193 para 700 (3,5 vezes). A taxa bruta de matrículas no ensino superior chegou a 20,4% em 2012-13, ante 11% em 2005-6.

No entanto, 25% a 38% das vagas para professores nas melhores instituições estão atualmente desocupadas, e os programas para aprimorar o nível docente também carecem de instrutores. Além disso, as taxas brutas de matrícula variam enormemente entre castas e entre regiões (de zero a 53%).

“Pode-se concluir que, se a expansão do ensino superior tem experimentado um ganho líquido, é provavelmente verdadeiro que a qualidade e a excelência foram prejudicadas no agregado, particularmente no caso de cursos de Engenharia e Administração. O diploma de bacharelado perdeu os atributos de elite que usufruía. Ainda assim, não é o caso de sugerir que a Índia deva restringir o crescimento do ensino superior”, afirmou Singh.

Moushira Elgiziri (Fundação Ford) e Ray Langsten (Universidade Americana do Cairo) discutiram sobre acesso ao ensino superior no Egito. Após a revolução nacionalista de 1952, houve uma expansão do ensino em todos os níveis. Um decreto de 1962 determinou que todos os concluintes do ensino médio teriam acesso à Universidade, a cobrança de taxas de ensino foi abolida (e todos os diplomados teriam acesso garantido a empregos no serviço público). “Mas as políticas para promoção da igualdade falharam, há uma desigualdade persistente”, diz Langsten. Um dos aspectos específicos do contexto egípcio é que há dois tipos de ensino médio: o geral e o técnico-vocacional. E é aí que se dá a segregação. Quem faz o geral-acadêmico vai para a universidade, mesmo os pobres. Quem opta pelo técnico-vocacional, não passa do ensino médio”, explicou o pesquisador. Em sua

**“A EDUCAÇÃO NO BRASIL NÃO É APENAS UM CAPITAL HUMANO RECONHECIDO E VALORIZADO: TAMBÉM É UM VALOR POSICIONAL. PRINCIPALMENTE EM SEU NÍVEL SUPERIOR, QUE É O QUE ASSEGURA OS MAIORES RETORNOS ECONÔMICOS, ELA OPERA MAIS FORTEMENTE COMO BASE DE DISTINÇÃO SOCIAL DO QUE COMO FONTE DE APRENDIZADO E QUALIFICAÇÃO. TALVEZ A SOCIEDADE BRASILEIRA ESTEJA SE MOVENDO EM DIREÇÃO À REPRODUÇÃO DE CLASSES DIRIGENTES TRADICIONAIS PELA MODERNA VIA DOS DIPLOMAS, TRANSFORMADOS EM TÍTULOS DE NOBREZA”**

avaliação, a saída é direcionar políticas para estudantes de baixa renda e melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis.

A pesquisadora Moushira Elgiziri tratou do financiamento do ensino superior. Ela defende a diversificação de fontes para dar suporte à melhoria da qualidade e denuncia a “falácia da educação gratuita”: “A preocupação é se os sucessivos governos do Egito estão prontos, dispostos, e se são afinal capazes de enfrentar demandas de justiça social de qualquer modo realmente transformador. É claro que o nó é a capacidade de financiar reformas por justiça social, mas, observando o desempenho dos ministros, há que se perguntar se o Estado está realmente pronto para iniciar a discussão. Nossa nova Constituição, promulgada meses atrás, reiterou que todas as etapas da

educação são gratuitas. Foi uma oportunidade perdida, porque ficou combinado que a educação supostamente gratuita *de facto* não é gratuita coisa nenhuma. Porque a qualidade do ensino é tão precária que as famílias e os alunos têm de bancar grandes somas de dinheiro para pagar aulas particulares e comprar livros. Aliás, o negócio de venda de livros dá muito lucro para professores universitários. Há pesquisas em andamento para quantificar o que as famílias realmente gastam na ‘educação gratuita’ egípcia.”

## Inclusão ou ilusão?

Ana Maria F. Almeida e Maurício Ernicia (Unicamp) estudaram inclusão nos cursos mais socialmente valorizados do ensino superior, analisando especifica-

“HÁ UM **BLOQUEIO** NA CABEÇA DAS PESSOAS, QUE NÃO ACEITAM QUE O ESTUDANTE NÃO ESCOLHA COM 17 OU 18 ANOS O QUE VAI FAZER PELO RESTO DA VIDA”

mente os perfis da Universidade Federal do ABC e da Unifesp. “O sistema de ensino superior brasileiro é segmentado. Por segmentação, entenda-se a subdivisão de instituições e cursos diferenciados tanto pelo currículo quanto pelas origens sociais de seus alunos. Isso tem impacto crucial na definição de papéis sociais associados aos diferentes tipos de educação”, afirmaram. Há subdivisões entre instituições públicas e privadas, entre diferentes tipos de públicas e de privadas e entre cursos. “Nesse contexto, a inclusão social no ensino superior significa ao mesmo tempo a entrada de estudantes menos privilegiados no ensino superior e o acesso de estudantes menos privilegiados aos segmentos mais valorizados do ES.”

Ao se debruçar sobre os casos da UFABC e da Unifesp, a dupla constatou que seus padrões de expansão são nitidamente distintos. Na Unifesp a inclusão é segmentada/“geográfica”: a localização de um dos campus em área pobre, que concentra população com baixos recursos culturais e econômicos, resulta em maior inclusão social, mas em cursos menos valorizados. Na UFABC ocorre uma atração de famílias com menor nível de escolaridade, e seu bacharelado interdisciplinar resulta em turmas socialmente mais heterogêneas.

Segundo Maria Ligia de Oliveira Barbosa (UFRJ, Laboratório de Pesquisa sobre Ensino Superior), a visão do ensino superior como necessariamente um espaço acadêmico – em prejuízo da formação profissional, científica e técnica – é predominante no Brasil, e se expressa tanto na prática cotidiana e nas políticas públicas quanto na legislação que regula o funcionamento do setor de ensino pós-secundário. “Há democratização, justiça social e eficiência econômica com esse modelo? A educação no Brasil não é apenas um capital humano reconhecido e valorizado: também é um valor posicional. A educação no Brasil, principalmente em seu nível superior, que é o que assegura os maiores retornos econômicos, opera mais fortemente como base de distinção social do que como fonte de aprendizado e qualificação. Talvez a sociedade brasileira, e seu sistema de ensino superior, esteja se movendo em direção à reprodução de classes dirigentes tradicionais pela moderna via dos diplomas, transformados em títulos de nobreza.”

## ProFIS

Um dos pontos altos da conferência foi o depoimento de quatro estudantes que entraram no Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS). O objetivo do ProFIS é oferecer um curso de formação interdisciplinar de nível superior, de dois anos de duração, com um forte caráter de formação geral que responde

a uma política de inclusão social da Unicamp. Para isso o projeto prevê entradas de 120 estudantes. Com início em 2011, foram selecionados dentre os inscritos por meio de um novo processo seletivo no contexto da Unicamp: a seleção dos melhores alunos das escolas públicas de Campinas a partir da nota no Enem. Após a conclusão dessa etapa, os alunos podem escolher entre cursos de graduação oferecidos na Unicamp, de acordo com seu desempenho e o número de vagas oferecido por decisão de cada curso.

Raryane Silva (atualmente cursa Fonoaudiologia), Daniela Melo (Medicina), Elisama Camelo (Gestão de Comércio Internacional no campus Limeira) e Fernanda Cabral (1º ano do ProFIS) contaram sua experiência e suas dificuldades e deram sugestões para aprimorar o programa. Raryane destacou que foi atraída ao ProFIS pela possibilidade de fazer um curso com dedicação integral, recebendo bolsa, e com dois anos para refletir sobre o que fazer na graduação.

“No início sentimos muita resistência, na linha de que ‘não era justo’ que não tivéssemos feito vestibular. Sentimos preconceito muito grande por parte de estudantes e até mesmo, lamentavelmente, de docentes, que achavam que o nível da universidade cairia. Éramos chamadas de cotistas e de ‘ProUni da Unicamp’. Mas também havia colegas de fora do programa entusiasmados com o curso, dizendo que queriam ter feito também, queriam ter conhecido a universidade.” Segundo Elisama, chamou a atenção o diálogo entre disciplinas. “Nós tivemos aulas em que Química conversava com Literatura.” Daniela complementou: “Você rompe aquela ‘lei da utilidade’ do que está sendo aprendido, rompe uma mentalidade fechada, imediatista, de ter de terminar logo a graduação. Há um bloqueio na cabeça das pessoas, que não aceitam que o estudante não faça – com 17, 18 anos – a escolha profissional do que vai fazer pelo resto da vida.” ●

## Especialistas defendem estímulo seletivo para criar universidades de classe mundial no Brasil

Excelência de ensino deve ser meta de todas as universidades brasileiras, mas poucas teriam condições de tornarem-se de classe mundial em pesquisa científica. Para que isso ocorra, as vocacionadas precisam de investimento diferenciado.

Por **Karina Toledo**, da Agência Fapesp

**A**o mesmo tempo em que a excelência de ensino deve ser a meta de todas as universidades brasileiras, algumas poucas instituições do país teriam hoje condições de dar um salto de qualidade e tornarem-se de classe mundial em pesquisa científica. Para que isso ocorra, as universidades vocacionadas precisam receber investimentos diferenciados para desenvolver planos institucionais ousados, afirmaram especialistas no simpósio *Excellence in Higher Education*. Realizado nos dias 23 e 24 de janeiro, o evento foi uma iniciativa da Fapesp em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e teve como objetivo debater os determinantes da excelência no ensino superior no Brasil e formular recomendações que poderão embasar políticas públicas.

A diferenciação no sistema de ensino, reconhecendo as instituições com vocação para desenvolver pesquisa de nível internacional, tem sido apontada pela ABC há pelo menos uma década, quando foi publicado o documento “Subsídios para a Reforma do Ensino Superior”, lembrou Hernan Chaimovich, vice-presidente da ABC e assessor especial da Diretoria Científica da Fapesp.

“Diferenciar não quer dizer que uma parte do sistema é melhor ou pior que outra. Mas um sistema em que todas as partes são iguais em geral não funciona. Um sistema se caracteriza pela excelência de todas as suas partes, embora cada uma tenha função distinta da outra”, avaliou Chaimovich.

**“OS ALUNOS DO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS ESTÃO NOS MOSTRANDO A NECESSIDADE DE NÃO PASSAR MAIS DO QUE 14 HORAS EM SALA DE AULA POR SEMANA, DESENVOLVER MUITOS TRABALHOS EXPERIMENTAIS, TER TEMPO PARA ESTUDAR SOZINHO E CONVIVÊNCIA COM COLEGAS DO MUNDO INTEIRO NAS MORADIAS DO CAMPUS”**

Para a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, o peso da ciência que cada universidade produz é um fator relevante e, portanto, o investimento não pode ser o mesmo para todas as instituições. “A ciência, para ser de ponta, precisa de um investimento superior ao que está sendo feito no país. A sociedade precisa decidir em quais áreas devem ser feitos investimentos pesados e quais instituições têm perfil para trilhar esse caminho da internacionalização. Cada uma deve ter um perfil e uma área de excelência. Somente assim o Brasil vai se tornar capaz de pautar a ciência internacional e não apenas ser pautado”, opinou.

Na avaliação do presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, um dos possíveis critérios de seleção das instituições vocacionadas a atingir o status de classe mundial é o percentual de cursos de pós-graduação com conceitos 6 ou 7 – considerados de excelência em nível internacional – na Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação.

“Temos a USP [Universidade de São Paulo] na frente, com 89 cursos [com conceitos 6 e 7], seguida pelo grupo formado pela UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] e UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], que tem em torno de 30. Todas essas têm uma proporção de 40% dos

cursos com conceito 6 e 7. Depois despenca. Se considerarmos apenas o conceito 7, a situação é ainda mais dramática”, afirmou.

Ao comentar os desafios que terão de ser enfrentados pelas instituições no caminho para desenvolver pesquisa de classe mundial, Guimarães destacou a necessidade de maior autonomia e sistemas eficientes de governança, internacionalização das operações de ensino e pesquisa (o que inclui aumentar o número de colaborações internacionais efetivas, maior mobilidade de alunos e pesquisadores, aumentar o número de cursos regulares oferecidos em outras línguas, atrair estudantes e pesquisadores estrangeiros e aumentar o número de publicações com parceiros internacionais), redução no número de horas que o estudante passa em sala de aula, investimentos em residências estudantis dentro do campus.

“Os alunos do Ciência Sem Fronteiras estão nos mostrando a necessidade de não passar mais do que 14 horas em sala de aula por semana, desenvolver muitos trabalhos experimentais, ter tempo para estudar sozinho e convivência com colegas do mundo inteiro nas moradias do campus”, afirmou o presidente da Capes [*leia mais sobre isso na entrevista com o secretário de educação superior do MEC, Paulo Speller*].

**PARA MUDAR A TENDÊNCIA DE QUEDA OBSERVADA NAS CURVAS DE IMPACTO DA CIÊNCIA BRASILEIRA, UM DOS CAMINHOS É PROTEGER O TEMPO DO PESQUISADOR CONTRA ATIVIDADES BUROCRÁTICAS, COMO GERÊNCIA DOS PROJETOS DE PESQUISA, O QUE AS UNIVERSIDADES DEVERIAM GARANTIR OFERECENDO ESCRITÓRIOS DE APOIO**

**“DIFERENCIAR O SISTEMA DE ENSINO NÃO QUER DIZER QUE UMA PARTE DO SISTEMA É MELHOR OU PIOR QUE OUTRA. MAS UM SISTEMA EM QUE TODAS AS PARTES SÃO IGUAIS EM GERAL NÃO FUNCIONA. UM SISTEMA SE CARACTERIZA PELA EXCELÊNCIA DE TODAS AS SUAS PARTES, EMBORA CADA UMA TENHA FUNÇÃO DISTINTA DA OUTRA”**

Ao falar sobre os desafios para alcançar a excelência em pesquisa, o diretor científico da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz, comentou que, embora a produção científica brasileira tenha crescido significativamente nos últimos anos, o impacto dos artigos publicados continua abaixo da média mundial – atrás de países como Argentina, Espanha, China e Coreia do Sul. “O que estamos fazendo de errado? Em algum momento o sistema parece ter entrado em um desvio buscando multiplicar a quantidade e não a qualidade”, avaliou Brito Cruz.

Para mudar a tendência de queda observada nas curvas de impacto da ciência brasileira, Brito Cruz aponta quatro estratégias. A primeira é proteger o tempo do pesquisador contra atividades burocráticas, como gerência dos projetos de pesquisa, o que as universidades deveriam garantir oferecendo escritórios de apoio análogos aos Grants Management Offices de universidades estrangeiras.

Brito Cruz também ressalta a necessidade de desenvolver mais cooperações internacionais, aumentar a visibilidade e o impacto das revistas científicas brasileiras e estimular a qualidade e o mérito nos processos de seleção de financiamentos e de promoção de professores. “Isso significa, por exemplo, valorizar mais as citações que o artigo recebeu do que o fator de impacto da revista em que ele foi publicado na hora de analisar a produção científica de um pesquisador”, afirmou. ●

## Doações para universidades dos EUA batem recorde em 2013 e chegam a US\$ 34 bilhões

Contribuições de empresas caíram 3%, enquanto as doações de ex-alunos avançaram 15%.

Faculdades e universidades dos Estados Unidos obtiveram US\$ 33,8 bilhões em doações durante o ano fiscal de 2013, segundo levantamento realizado pelo Council for Aid to Education. O valor é 10% superior ao obtido no ano fiscal anterior e o maior já captado pelo ensino superior norte-americano em contribuições.

O relatório anual “Voluntary Support of Education” contabiliza doações de pessoas físicas, de empresas e fundações e abrange 1.048 instituições de ensino terciário. O motivo apontado para o recorde de contribuições voluntárias é o forte desempenho do mercado de ações.

Entre os principais doadores, US\$ 10 bilhões vieram de fundações (alta de 9%), US\$ 9 bi de ex-alunos (alta de 15%), US\$ 6,2 bilhões de indivíduos sem relação com as instituições beneficiárias e US\$ 5,1 bi de empresas (queda de quase 3%). Columbia, Stanford e Universidade do Sul da Califórnia receberam doações de nove dígitos. As informações são de Don Troop, do *Chronicle of Higher Education*. (R.M.) ●



## Seis tecnologias vão transformar as universidades nos próximos anos, conclui painel com 56 especialistas

Relatório de acesso livre traz tendências mapeadas por pesquisadores de vários países. Entre as evoluções previstas está a “mistura de ensino online, híbrido e presencial-colaborativo”

Um painel de 56 especialistas produziu uma lista de tecnologias que “serão mais importantes para o ensino, a aprendizagem e a pesquisa criativa nos próximos cinco anos”. As duas mais relevantes seriam a integração da mídia social em todos os aspectos da vida universitária e a combinação de ensino online, híbrido e “presencial com aprendizagem colaborativa”. As conclusões do painel foram objeto de reportagem do jornal especializado norte-americano *The Chronicle of Higher Education*, assinada por Lawrence Biemiller.

As seis tecnologias e as mudanças que devem causar constam do relatório NMC Horizon Report: 2014 Higher Education Edition, um documento de 52 páginas que está disponível gratuitamente. O painel foi convocado pelo New Media Consortium e pela EDUCAUSE Learning Initiative.

Para os painelistas, a expansão das mídias sociais na academia vai alcançar impacto máximo dentro de dois anos. “À medida que as redes sociais continuam a florescer, os educadores estão usando-as como comunidades de prática profissional ou de aprendizagem, e também como plataforma para compartilhar histórias interessantes sobre temas que os alunos estão

estudando em sala de aula”, diz o relatório. “Entender como as mídias sociais podem ser aproveitadas na aprendizagem social é uma habilidade fundamental para os professores, e espera-se cada vez mais dos programas de formação docente que incluam o desenvolvimento dessa habilidade.”

Combinar instrução tradicional face a face com a online, a híbrida e o aprendizado colaborativo, afirmam os painelistas, tem “o potencial de alavancar as habilidades digitais que os estudantes já desenvolveram independentemente da academia”.

Aprendizagem e avaliação fortemente orientadas por dados estatísticos terão seu impacto máximo nos campi em três a cinco anos, ajudando a personalizar a aprendizagem e incrementar a medição de desempenho. Também listada como tendo o seu maior impacto em três a cinco anos está a mudança em direção a “aprender fazendo e criando, ao invés do simples consumo de conteúdo”.

Uma das tendências de longo alcance (seu maior impacto não ocorreria nos próximos cinco anos) seria “uma abordagem de ensino e aprendizagem que imita o ciclo de start-ups tecnológicas”. A outra é a evolução contínua do ensino online. (R.M.) ●

## Editora da Nature fala sobre livre acesso a pesquisadores brasileiros

Olive Leary desfaz alguns mitos sobre a publicação em periódicos de livre acesso – um deles, o de que publicação livre seria sinônimo de má qualidade; outro, o de que publicação livre significa publicação gratuita. “Sempre há custos para alguém.”

Por **Carlos Orsi**, do *Jornal da Unicamp*

Periódicos como a revista *Nature* seriam incapazes de manter seu nível de qualidade se fossem forçados a adotar o chamado “padrão ouro” de acesso livre aos artigos científicos que publicam, disse ao Portal Unicamp a editora-chefe da *Nature Reviews Immunology*, Olive Leary. O “padrão ouro” preconiza que os trabalhos estejam disponíveis gratuitamente no momento em que são publicados. Os periódicos que os adotam costumam cobrar taxas de revisão dos autores, para cobrir seus custos. “Temos uma estimativa bem grosseira de quanto precisaríamos cobrar para continuar a fazer tudo o que fazemos no padrão ouro”, disse a editora. “Teria de ser cerca de US\$ 25 mil por artigo.”

Olive fez uma apresentação sobre modelos de livre acesso de publicação para pesquisadores da Unicamp em 20 de março, como parte do Workshop Nature Unicamp, no qual um grupo de

editores do Nature Publishing Group (NPG) ofereceu aos cientistas brasileiros informações para facilitar a publicação da pesquisa nacional em periódicos de alto impacto.

Em sua palestra para os pesquisadores, ela desfaz alguns mitos sobre a publicação em periódicos de livre acesso – um deles, o de que publicação livre seria sinônimo de má qualidade; outro, o de que publicação livre significa publicação gratuita. “Sempre há custos para alguém”, lembrou ela. “Nem que sejam apenas os de manter os arquivos online”. Olive também chamou atenção para o risco de o pesquisador acabar sendo fraudado por uma publicação desonesta. “Há sites que usam nomes semelhantes aos de publicações renomadas para atrair artigos e cobrar as taxas de revisão, mas que não submetem o trabalho à revisão pelos pares”, disse ela. “Não são a norma nesse mercado, mas existem, e é preciso ter cautela”.

A editora explicou que o Grupo Nature adota uma política de “acesso verde” – no qual a versão original dos artigos publicados passa a estar disponível gratuitamente seis meses depois de saírem numa das revistas da empresa. Falando à reportagem do *Jornal da Unicamp*, ela disse que o grupo está satisfeito com o modelo, adotado após uma série de agências internacionais de fomento à pesquisa passarem a exigir que a ciência produzida com suas verbas fosse disponibilizada gratuitamente.

Olive reconheceu, no entanto, que a pressão para a adoção do acesso gratuito imediato, sem embargo, continua a aumentar. “Nossa posição tem sido de manter aberto o diálogo”, disse ela. “Não é porque eu trabalho lá, mas pessoalmente concordo com a forma como estamos lidando com isso.” Ela lembrou que outra medida de facilitação de acesso adotado pelo NPG foi a de passar a obter dos pesquisa-

**PRESSÃO PARA PUBLICAR NÃO DÁ AOS CIENTISTAS BRASILEIROS O TEMPO NECESSÁRIO PARA TRABALHAR EM ARTIGOS DE ALTO IMPACTO E FAVORECE A ‘SALAMIZAÇÃO’, A PRÁTICA DE SUBDIVIDIR UMA MESMA PESQUISA EM VÁRIOS ARTIGOS DE MENOR ESCOPO**

dores não mais o *copyright* – o direito de decidir quando e por quem o artigo publicado pode ser reproduzido – mas apenas uma autorização de publicação. “Nós genuinamente queremos o que for melhor para os cientistas”, disse ela.

A editora afirmou ter ficado com a impressão de que os pesquisadores brasileiros se veem sob muita pressão para publicar trabalhos em quantidade. “Acho que essa pressão para publicar não dá às pessoas o tempo necessário para trabalhar em artigos de alto impacto e favorece a ‘salamização’”, declarou, referindo-se à prática de subdividir uma mesma pesquisa em vários artigos de menor escopo. ●

## Aumenta a preocupação com a maneira pela qual a produção de conhecimento e a educação são avaliados

Por **Simon Schwartzman**, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e membro do conselho editorial da *Ensino Superior*.  
 Texto publicado originalmente na revista *Ciência Hoje*.

A ideia de que cientistas e pesquisadores precisam ser avaliados por sua produtividade, e que essa produtividade se expressa em produtos tangíveis – artigos, patentes e outros – é correta. Não há dúvida de que ela coloca os pesquisadores sob tensão, mas isso é parte da vida. Não há nada de errado no “produtivismo” – se esses profissionais querem ser financiados e sustentados pelo seu trabalho, não há de ser pelos seus belos olhos ou boas intenções. Eles precisam mostrar o que fazem.

Existem, no entanto, alguns riscos importantes que surgem sempre que se busca colocar essa ideia na prática. O primeiro é quando se toma uma tendência geral – uma correlação – como válida e aplicável a situações individuais. Dados mostram que os melhores pesquisadores publicam muito e são muito citados, mas podem existir aqueles com muitas publicações desinteressantes, e outros com poucas publicações e trabalhos, mas de grande impacto. A única maneira de lidar com isso é entender que o dado estatístico, o indicador, é apenas um dado, que precisa ser interpretado caso a caso pelos pares. Quando pesquisadores ou departamentos de pesquisa são avaliados exclusivamente por seus indicadores, muitas vezes por pessoas ou instituições que nem sequer entendem do conteúdo dos trabalhos, a chance de erros é muito grande.

O segundo problema, bastante geral nas avaliações, é quando o indicador passa a ser mais importante do que aquilo que ele deveria indicar. Se o que importa é o número de

Nada disso significa que os indicadores de produtividade não sejam importantes, mas sim que eles não podem ser aplicados de forma burocrática e automática. Em última análise, indicadores de publicações e citações não são dados “objetivos”, mas agregações das avaliações subjetivas feitas pelos editores das revistas e pelos leitores dos artigos. Essa subjetividade não pode ser ignorada, mas precisa ser ponderada pelo juízo crítico dos pares que têm a responsabilidade de decidir sobre a qualidade e o futuro profissional de seus colegas em cada caso.

**[Adendo da Redação:** A revista *Nature* publicou há alguns meses uma reportagem sobre o escândalo envolvendo revistas científicas brasileiras acusadas de fazer citações cruzadas — “empilhamento de citações”, em inglês –, esquema pelo qual uma cita outra propositalmente diversas vezes, para aumentar seu fator de impacto e o prestígio dos pesquisadores que nelas publicam. As revistas são *Clinics*, *Revista da Associação Médica Brasileira*, *Jornal Brasileiro de Pneumologia* e *Acta Ortopédica Brasileira*. O texto da *Nature* inclui explicações de alguns dos envolvidos e críticas aos padrões de avaliação da Capes por enfatizar de maneira supostamente exagerada o fator de impacto das revistas.] ●

publicações e citações, e não o que está sendo publicado ou citado, isso abre a porta para manipular os indicadores – dividir um artigo em três; dar preferência a projetos de curto prazo, em detrimento de projetos de duração mais longa; aprender como escrever para agradar os editores das revistas, sem correr riscos; e combinar com os amigos citações cruzadas – eu cito você, você me cita, e nós dois subimos nos rankings.

O terceiro problema é o chamado “efeito Mateus”, descrito pelo sociólogo estadunidense Robert Merton (1910-2003) anos atrás para descrever a concentração da pesquisa nos principais centros e ao redor dos nomes mais famosos (“ao que tem, se lhe dará e terá em abundância, mas ao que não tem será tirado até mesmo o que tem” – Mateus 13:2). Como os que mais têm trabalham e publicam em inglês nas revistas mais famosas dos países centrais, então mais vale colocar um artigo mais bem comportado junto a esses do que publicar um artigo mais brilhante e criativo em uma revista que ninguém importante vai ler ou comentar.

Existem outros riscos, como os de valorizar mais as publicações acadêmicas do que os trabalhos aplicados, e a pesquisa pública em detrimento da pesquisa industrial, ou supor que áreas de estudo e pesquisa como as ciências sociais, as humanidades e as engenharias deveriam ter o mesmo padrão de publicações do que as ciências naturais.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE  
NÃO PODEM SER APLICADOS DE  
FORMA **BUROCRÁTICA E AUTOMÁTICA.**  
ELES **NÃO SÃO DADOS OBJETIVOS,**  
MAS AGREGAÇÕES DAS AVALIAÇÕES  
SUBJETIVAS FEITAS PELOS EDITORES  
DAS REVISTAS E PELOS LEITORES  
DOS ARTIGOS. **ESSA SUBJETIVIDADE**  
**PRECISA SER PONDERADA PELO**  
JUÍZO CRÍTICO DOS PARES QUE TÊM A  
RESPONSABILIDADE DE DECIDIR SOBRE A  
QUALIDADE E O **FUTURO PROFISSIONAL**  
DE SEUS COLEGAS EM CADA CASO.

# Envie sua colaboração à *Ensino Superior*

Entenda como funciona a revista e fique à vontade para contribuir com o conteúdo da publicação.

A revista *Ensino Superior* é publicada na versão impressa (trimestral, tamanho padrão de 100 páginas) e online (três atualizações por semana, em média). No site, todos os textos da impressa estão disponíveis nos formatos PDF e HTML. No dia-a-dia, também são publicadas notas curtas que atualizam o conteúdo da revista impressa, assim como repercussões e comentários do noticiário sobre ensino superior no Brasil e no mundo. Os fechamentos de edição (impressa) ocorrem em meados de fevereiro, de maio, de agosto e de novembro. Não há limitação mínima ou máxima quanto a tamanho dos textos ou número de gráficos, tabelas e imagens. Mande seu texto na fonte, tamanho, espaçamento e margens com as especificações que bem entender, pois para o trabalho de edição isso é indiferente. Mas é de total responsabilidade do autor verificar se todas as citações e referências textuais, quando houver, encontram-se descritas na bibliografia, a qual deve seguir os padrões ABNT.

Os textos da *Ensino Superior* são publicados mediante convite ou como resultado da sugestão dos seus autores. A revista publica tanto contribuições inéditas quanto material já publicado, mediante autorização do autor / da publicação original. Ela é composta por três seções fixas e cinco seções eventuais. As seções fixas são: Notas, Artigos e a edição brasileira do *International Higher Education*. As não fixas são: Reportagem, Entrevista, Livros, História e História – Textos Fundamentais. Aceitamos contribuições para todas as seções, exceto, por motivos óbvios, no caso do *International Higher Education*. (A seção Notas consiste em textos curtos com repercussão de noticiário, relatos de conferências, simpósios, seminários, encontros etc. e agenda.)

Os temas centrais cobertos pela publicação são dez:

1. Internacionalização
2. Formação Geral
3. Ensino a Distância
4. Ensino Superior Privado
5. Avaliação de Instituições, Cursos e Alunos
6. Carreiras Específicas: Engenharia, Medicina etc.
7. Governança de Instituições de Ensino Superior
8. Rankings
9. Acesso, Inclusão e Equidade
10. Inovações Curriculares e Ensino-Aprendizagem

Sua sugestão de nota, artigo, resenha, entrevista ou reportagem será avaliada pelo editor executivo e pelo Conselho Editorial. A qualidade de texto e de informação e a pertinência aos temas centrais são essenciais para aprovação. Você será informado por e-mail caso seu trabalho seja aceito para publicação, com eventuais pedidos de aprimoramento da redação ou, ainda, solicitações de autorização para eventuais cortes e ajustes no processo de edição do texto. Ao corpo editorial é resguardada a decisão de publicar seu trabalho tanto na versão impressa quanto na versão online ou apenas na versão online. Não adiantamos a data da publicação dos textos. As sugestões de contribuição devem ser enviadas para o e-mail do editor executivo, Ricardo Whiteman Muniz: [ricardo.muniz@reitoria.unicamp.br](mailto:ricardo.muniz@reitoria.unicamp.br)